

GAL ADIBER

Contributo para o debate público PAC pós 2013 relativo ao Desenvolvimento Rural

Chamados a emitir a opinião sobre as questões relacionadas com o futuro da PAC no pós 2013, não queremos deixar de participar nesta discussão que se revela da máxima importância para o futuro dos territórios rurais.

Quais devem ser os objectivos da futura política de desenvolvimento rural?

Considerando a multifuncionalidade associada aos espaços rurais, a importância, cada vez mais relevante, que os mesmos exercem no contexto do desenvolvimento económico e social dos países da U.E. e o papel que estas regiões podem e devem desempenhar na resolução dos muitos problemas que a actual crise financeira veio evidenciar, entendemos que é fundamental que estes factos sejam reconhecidos através da manutenção dos dois pilares da PAC, por um lado e no reforço da expressão que actualmente assume o 2º pilar, ou seja, o Desenvolvimento Rural.

Estes são espaços de oportunidades, económica e socialmente viáveis, que devem ser merecedores da melhor atenção por parte das futuras políticas, que devem ser estruturadas de modo a serem capazes de os capacitar a responder com maior eficácia aos desafios futuros, nomeadamente ao nível da criação de riqueza e de emprego em áreas que venham a diversificar a economia rural.

Por outro lado o maior reconhecimento do valor associado aos territórios rurais, permitirá ampliar a sua capacidade de atracção, tanto ao nível de potenciais residentes como de novos consumidores dos produtos daí originários, constituindo-se um factor de promoção da coesão social e territorial, conseguida através da redução das assimetrias que as separam dos territórios mais desenvolvidos.

A complementaridade entre o investimento efectuado na agricultura, onde tal seja viável, e no desenvolvimento rural, nas áreas mais propensas a outras actividades, é essencial para este equilíbrio e para a consolidação dos espaços rurais como áreas onde se pode viver com qualidade e fazer projectos de vida com garantias de futuro.

Como tornar mais eficazes os instrumentos de política?

Pela experiência detida em mais de 15 anos de dinamização de projectos de desenvolvimento local e rural, somos dos que defendem a maior eficácia associada às estratégias que emanem dos territórios e das pessoas que conhecem em profundidade as realidades e especificidades locais e à implementação de instrumentos de política alicerçados na participação dos actores locais, que devem estar reunidos em torno de uma parceria forte e coesa.

Num momento de crise e de dificuldades como o que atravessamos, que obrigará a uma melhor racionalização e aplicação dos escassos recursos existentes, a aplicação do princípio da subsidiariedade garante uma optimização dos resultados obtidos com esses meios. A proximidade aos territórios, aos seus problemas e potencialidades, é o garante de um maior sucesso nas intervenções.

Neste aspecto a consolidação da metodologia LEADER, que tão bons resultados tem sido capaz de produzir, é um património que deve ser preservado, que deve ser indissociável da relevante experiência adquirida pelas Associações de Desenvolvimento Local que já deram provas mais do que suficientes de que têm competências para desempenhar estas funções com empenho e espírito de missão.

Depois de quase 20 anos a promover competências que se fixaram nos Territórios, que adquiriram um conhecimento profundo sobre os mesmos e ganharam confiança junto dos outros parceiros locais, torna-se “obrigatório” que este capital adquirido pelas ADL’s seja rentabilizado e que estas estruturas da sociedade civil tenham uma intervenção mais forte e activa nos processos de implementação dos instrumentos da política não apenas ao nível do desenvolvimento rural, mas também em outras áreas e sectores importantes para estas regiões e para a coesão nacional.

Como poderemos melhorar a gestão da política?

As competências, o conhecimento e a experiência que foram adquiridas ao longo destes anos, permitiram os territórios detenharem actualmente recursos mobilizados e com capacidade para gerir e aplicar os meios que lhes são postos à disposição.

Foi possível enraizar e consolidar modelos de intervenção, assentes em parcerias alargadas e participadas em que as várias sensibilidades dos territórios estão representadas e contribuem, em conjunto, para alcançar objectivos consensualizados entre si e que vão ao encontro das necessidades das pessoas.

É necessário não deixar perder esta forma de actuação, que motiva e incentiva todos os parceiros que se vêm envolvidos nestes processos, a trabalhar com maior interesse, aliado ao facto de lhes conferir um maior grau de responsabilidade, dado que a proximidade ao local os obriga a responder e a prestar contas perante o próprio território.

O aprofundamento da proximidade da gestão aos beneficiários deve ser uma realidade, que deve estar associado a uma maior agilização dos procedimentos, o que naturalmente não deverá ser sinónimo de facilitismo ou de desresponsabilização por parte de quem os gere.